Cativos em movimento: fugas e qualificação dos escravizados na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1870–1875)

Captives in motion: Escapes and skills of the enslaved in the city of Rio de Janeiro and surroundings (1870–1875)

Gabriel A. A. Rossini (UFABC)

Área - História Econômica - JEL: N. Economic History; N36 Latin America • Caribbean

Resumo: Este artigo investiga as fugas e as ocupações de cativos na cidade do Rio de Janeiro e arredores, entre os anos de 1870 e 1875. Para isso, além de ter sido consultada parte da bibliografia atinente ao tema, foram reunidas informações decorrentes de 3.982 anúncios de fuga publicados em jornais da época que circulavam no âmbito do recorte temporal indicado. Após a exclusão de registros redundantes – resultantes da republicação de um mesmo comunicado em edições distintas de um mesmo periódico ou em diferentes jornais –, chegou-se a um total de 1.478 ocorrências. Dessas, 383 foram selecionadas por conterem referências às ocupações dos escravizados e, de forma indireta, às suas qualificações. As análises empreendidas permitiram observar aspectos econômicos e demográficos relacionados às fugas e aos ofícios exercidos. Verificou-se, por exemplo, que mais da metade dos cativos mencionados estavam ligados a ocupações qualificadas. Também foi possível identificar relações entre qualificação, valor das recompensas e frequência de republicações, assim como uma conexão entre o montante oferecido pela recaptura e o tempo de duração da fuga.
Palavras-chave: escravizados; resistência; fuga; ocupação; qualificação; recompensa; Rio de Janeiro – Brasil.

Summary: This article investigates the escapes and occupations of enslaved individuals in the city of Rio de Janeiro and its surroundings between the years 1870 and 1875. To do so, in addition to consulting part of the bibliography relevant to the topic, information was gathered from 3,982 runaway notices published in newspapers circulating during the indicated time frame. After excluding redundant records — resulting from the republication of the same notice in different editions of the same newspaper or in various newspapers — a total of 1,478 occurrences was reached. Of these, 383 were selected because they contained references to the occupations of the enslaved individuals and, indirectly, to their skills. The analyses undertaken made it possible to observe economic and demographic aspects related to the escapes and the occupations performed. It was found, for example, that more than half of the enslaved individuals mentioned were engaged in skilled labor. It was also possible to identify relationships between skills, the value of rewards, and the frequency of republications, as well as a connection between the amount offered for recapture and the duration of the escape.
Keywords**:** resistance; escape; occupation; skill; reward; Rio de Janeiro – Brazil

1. Introdução

Este artigo aborda aspectos relativos à resistência – em especial as fugas, cuja importância é amplamente reconhecida, mas que possuem dinâmica e amplitude apenas parcialmente estudadas – e à qualificação dos escravizados na cidade do Rio de Janeiro (sede da corte, então maior cidade escravista das Américas e principal polo do tráfico doméstico de cativos) entre 1870 e 1875.

Para isso, além de abordarmos parte da bibliografia pertinente, partimos da hipótese de que os anúncios de jornal que noticiavam essas evasões – publicações abundantes, seriadas e com estrutura semelhante – poderiam trazer informações relevantes sobre os escravizados em fuga e suas qualificações. Tendo isso em vista, realizamos pesquisa, por meio da Hemeroteca Digital Brasileira,[1] que resultou na coleta e análise de 3.982 anúncios. Após eliminar-se a expressiva redundância, decorrente da republicação do mesmo comunicado em diferentes edições de certo jornal e/ou da sua impressão em distintos periódicos, chegou-se a 1.478 ocorrências. A partir desse universo, foram trabalhados 383 anúncios que, além de evidenciarem a reiterada resistência dos cativos, explicitaram a ocupação e, consequentemente, a qualificação dos mesmos.

[1] Foram consultados, em virtude do maior número de ocorrências, os jornais *Correio do Brasil, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias* e, sobretudo, o *Jornal do Commercio,* que publicou cerca de 93% dos anúncios compulsados.

A hipótese indicada se mostrou bem-sucedida, pois a preocupação dos proprietários em coibir a reação dos escravizados e atenuar o volume de produção não realizada teve como um dos seus resultados o vínculo da imprensa com os negócios da escravidão. Para além de editoriais, artigos e anúncios divulgando vendas, aluguéis e leilões envolvendo cativos, os comunicados divulgando fugas foram copiosos. Tal conexão ocorreu a partir da criação da Imprensa Régia, em 1808, e consequente fundação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicação direcionada à divulgação de atos oficiais e notícias de interesse do governo. Desde então, em virtude da sua disseminação e por serem expressão de regularidades, da manifestação do típico em detrimento do atípico (Freyre, 1979), os jornais passaram a ser fonte relevante de informações massivas e seriadas.[2]

O recorte temporal proposto decorre, por um lado, das consequências que as discussões, a campanha e a promulgação da Lei Rio Branco, nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como lei do Ventre Livre[3], exerceram sobre a dinâmica das fugas de cativos (o protesto dos cativos, expresso por meio das fugas, ganha novos alcances e significados porque a situação global se modificou); e, por outro, da posterior diminuição das incertezas quanto à continuidade do regime servil, que haviam surgido com a referida lei, o que deu origem ao período de maior dinamicidade do tráfico do tráfico interno de escravizados. Ademais, o período aqui abordado também se justifica em virtude da centralidade da década de 1870 para a dinâmica de acumulação de capital possibilitada pelo complexo escravista exportador cafeeiro (Cano, 2007; Mello, 2009; Castro, 1980). Esse processo foi resultante do aumento do preço internacional do café, que ocorreu, a despeito de flutuações (ver anexo), até meados dos anos 1870, movimento acompanhado pela queda na cotação do açúcar e do algodão.

A expansão das exportações de café e o aumento do seu preço no mercado mundial resultaram de uma dinâmica que foi pautada, durante décadas, pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, pela ampliação das trocas internacionais e pela consequente renovação

[2] Para além das características positivas, essa fonte documental possui problemas. Evidentemente, os anúncios não contemplam a totalidade das fugas, pois: os custos poderiam desestimular a sua publicação, principalmente quando se tem em vista que esses comunicados deveriam ser publicados em diversas edições do mesmo jornal ou em "folhas" diferentes para serem mais eficazes; e havia boa chance de recapturar os fugitivos ainda nas proximidades do local da fuga, com a ajuda de policiais ou caçadores de fugidos. Também é importante considerar que as escravizadas aparecem de forma pouco recorrente nos registros, em razão de obstáculos adicionais para a sua fuga, como a maternidade, além da adoção de outras estratégias para alcançar a liberdade, como a obtenção de alforria. Também havia casos em que os senhores optavam por não tentar recuperar os fugitivos, evitando os custos envolvidos na captura e manutenção de um cativo considerado rebelde. Soma-se a esses fatores a cobertura geográfica desigual dos jornais da época e o baixo nível de alfabetização. Segundo o censo de 1872, excluindo as crianças menores de cinco anos, 70,5% dos homens e 84,3% das mulheres eram analfabetos – apenas na cidade do Rio de Janeiro cerca da metade da população sabia ler e escrever.

[3] A Lei Rio Branco de 1871 permitiu a chamada liberdade do ventre com aprendizagem, por meio da qual os filhos de cativas nascidos após 1871 permaneceriam sob a guarda do senhor até os 8 anos de idade, quando este poderia entregá-los ao Estado e ser indenizado, ou conservá-los como trabalhadores até os 21 anos. A Lei também estipulou três formas de alforria: formação de pecúlio pelo cativo destinado à compra da sua liberdade, compra por terceiros (redenção) e sorteios anuais possibilitados por meio de recursos existentes em um Fundo de Emancipação. De forma imediata, foram estabelecidas medidas que restringiram os castigos corporais excessivos, a obrigatoriedade do registro dos escravizados e o impedimento da separação de famílias dos cativos em virtude da venda.

e expansão da escravidão em algumas regiões do mundo, sobretudo nos EUA, em Cuba e no Brasil (Marquese; Salles, 2016), justamente quando nas áreas capitalistas mais desenvolvidas a escravidão era posta em questão. Cenário que, além de ter ocasionado o aumento da demanda e do preço dos cativos no Brasil, em um contexto de oferta de escravizados mais inelástica em comparação ao período anterior à abolição do tráfico transatlântico (1850) (Rossini, 2013, 2017, 2019), fez com que, como resultado da maior intensificação das conexões com o mercado mundial (Marx, 1983), as condições de vida e trabalho dos escravizados fossem enrijecidas e a própria vida dos cativos encurtada (Castro, 1980). Tais efeitos atingiram o seu ápice, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, ampliando ainda mais a insegurança dos cativos em relação ao seu futuro (resultado do medo de serem vendidos e, muitas vezes, da efetiva venda para outras áreas) e a carga de violência que recaía sobre eles (fruto da exigência de maior produtividade), estimulando as fugas e, por extensão, as tentativas de novo aprisionamento dos evadidos, o que fomentou a publicação dos anúncios de jornal que formam o núcleo documental deste trabalho.

Além desta introdução, este artigo se divide em outros cinco momentos. Inicialmente, resgatamos parte da bibliografia que analisou aspectos acerca da disciplina, violência e resistência dos escravizados. A seguir, abordamos as fugas; depois, evidenciamos elementos demográficos e ocupacionais da população de escravizados do Rio de Janeiro; na sequência, antes de apresentarmos as considerações finais, os dados compulsados foram analisados. Nesse momento, procuramos responder às seguintes perguntas: (i) Qual foi a faixa etária, o sexo e origem dos escravizados em fuga? (ii) Quais foram o ponto de partida (zona urbana ou rural) e a modalidade de fuga (individuais ou coletivas) mais frequentes? (iii) Quais ocupações aparecem com maior frequência nos registros analisados? (iv) A presença de cativos com algum tipo de qualificação foi significativa, como aponta parte da literatura recente sobre o tema (Salles, 2008; Colistete, 2021)? (v) A diferença entre as recompensas oferecidas pela recaptura de cativos que fugiam sozinhos e daqueles que fugiam em grupo era suficientemente significativa para indicar uma repressão mais intensa às fugas coletivas? (vi) Que vínculos podem ser identificados entre as ocupações exercidas, os tipos de qualificação exigidos para tal e os valores das recompensas oferecidas pela recaptura? (vii) Há indícios de relação entre o nível de qualificação dos fugitivos e a republicação dos anúncios – seja no mesmo periódico, seja em jornais diferentes? (viii) De que modo a recompensa proposta pela recaptura se relacionava com a duração da fuga? (ix) Qual foi a relação existente entre a frequência das fugas e as fases ascendentes dos ciclos econômicos, que, em virtude da

escassez de trabalhadores (a partir do fim do tráfico negreiro transatlântico direcionado para o Brasil, em 1850), possivelmente implicou maior exploração dos escravizados já empregados.

2. Disciplina, dominação, violência e resistência

Como a condição de escravizado torna explícita a expropriação do trabalhador, do produto do seu trabalho e da sua pessoa, o escravismo não necessita "estar 'maduro' para ser posto em questão, existe nele, desde sempre e a qualquer momento, um inextinguível potencial de rebeldia e rebelião" (Castro, 1980, p. 79). Assim, a disciplina ou o imperativo de se fazer obedecer, por parte dos senhores, a violência, que se adapta às necessidades da exploração, e o medo, que se espraiava por todos os agentes do sistema (Azevedo, 1987), foram necessários para a manutenção do sistema e para impulsionar a produtividade do trabalho dos cativos. Tais aspectos, quando associados à resistência dos escravizados, caracterizaram a interação entre senhores e cativos.

A disciplina do trabalho não era a mesma nas fazendas de café ou de açúcar ou nas pequenas propriedades. Mesmo quando se tem em vista a mesma atividade, a disciplina não era igual ao longo dos diferentes momentos de produção. Por exemplo, no campo, ao ritmo das colheitas e das estações, alternavam-se fases cuja rotina de trabalho era menos penosa com outras de intensa atividade. Segundo Fenoaltea (1984), a disciplina – e, por extensão, a dominação e a violência, tal como destacado por Freyre ao analisar de forma pioneira diversos anúncios de fuga cativos (1979) – era mais acentuada no âmbito das atividades rotinizadas exercidas por grupos e que demandavam maior esforço físico e poucas habilidades (parte dos afazeres urbanos, trabalho agrícola e mineração em grande escala).

A violência, que também serviu para manter a ordem pelo exemplo, poderia ser efetivada por meio: da separação das famílias através da venda (sobretudo quando se tem em vista pequenos plantéis (Slenes, 1976)); da colocação de correntes no pescoço; da perseguição por cães; da realização de marcas com ferro em brasa; da mutilação de diferentes partes do corpo; da utilização de sal, limão e pimenta nas feridas abertas; do uso de tronco e chicote (provavelmente esses foram os instrumentos de violência mais frequentemente utilizados), de algemas que prendiam mãos e pés, de máscaras de ferro que eram colocadas naqueles que furtavam comida ou comiam terra. Ademais, os escravizados domésticos, parte dos quais "criados" – cativos nascidos e *criados* em determinada propriedade –, poderiam, como punição, ser enviados para o trabalho na lavoura, considerado mais penoso.[4]

[4] Cada fazenda, segundo Mattoso (2003, p. 156), "possuía correntes, colares e máscaras de ferro e troncos que prendiam o escravo condenado pelo pescoço e tornozelos, imobilizando-o por dias. O tronco e o chicote eram os castigos preferidos dos senhores [...]. Até 1824, as mutilações de escravos desobedientes eram autorizadas e corriqueiras: marcas com ferro em brasa, dedos esmagados, orelhas cortadas, pés em parte amputados. Abolido o uso somente em 1886, o chicote permanecia o instrumento privilegiado de repressão, embora um regulamento de 1830 proibisse ultrapassar 50 chicotadas a cada vez."

Porém, "a história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide" (Dean, 1977, p. 15). Esse cenário de extrema brutalidade, provavelmente intensificada a partir de 1850, aprofundou o antagonismo inerente à escravidão, pois existe nela "um inextinguível potencial de rebeldia e rebelião [...]. [A escravidão] insere, no próprio âmago do sistema social que sobre ela se ergue, uma situação conflitiva, e, com ela, uma energia política primária, que ameaça, indetermina e introduz variantes na sua evolução histórica" (Castro, 1980, p. 79). Fazer "corpo mole" no trabalho, quebrar ferramentas, incendiar plantações, fugir e formar quilombos, furtar miudezas e parte da colheita, além das tentativas de suicídio, constituíam formas de resistência. Para mais, quando a raiva e o desespero se tornavam insuportáveis, o ímpeto de destruição tomava conta dos cativos e as revoltas coletivas (Santos, 1980; Reis, 1986; Costa, 1998b) e a violência individual extrema ganhavam terreno. Com frequência, os escravizados, utilizando seus próprios instrumentos de trabalho (foice, facão, pá, picareta, enxada, rastelo, etc.), matavam o senhor ou o feitor[5] que punia eles, seus familiares e amigos constantemente. "De fato, os escravos indisciplinados, ou vistos como tal, recebiam terríveis castigos que levavam à contestação: círculo vicioso do qual o escravo não sabia como sair senão pela violência do olho por olho, dente por dente" (Mattoso, 2003, p. 156). A reiterada reação dos cativos evidenciava como eles não foram "testemunhos mudos [...], instrumentos passivos" (Cardoso, 1975, p. 112) ou "presenças ausentes" (Franco, 1969, p. 11), mas sim agentes históricos que fizeram fracassar a intenção dos senhores de impor um cativeiro implacável (Mattos, 2015; Chalhoub, 2011; Slenes, 2013; Goés, 1993).

3. As fugas de escravizados

Além de discutirmos aspectos gerais atinentes às fugas, neste item reproduzimos os anúncios de três delas. Enquanto o primeiro (Figura 1) chama a atenção, dentre outras coisas, para uma fuga ocorrida a partir de uma fazenda, os dois subsequentes (Figuras 2 e 3) colocam em primeiro plano informações relativas a evasões ocorridas no âmbito urbano.

Figura 1 – Fuga do escravizado Valeriano

[5] Os assassinatos de senhores ou feitores cometidos por cativos eram relativamente frequentes. Em Campinas, entre 1831-1887, ocorreram 79 casos, principalmente (70%) executados por "crioulos" (nascidos no Brasil), que residiam na propriedade dos seus senhores por seis ou mais anos (2/3 das ocorrências) (Machado, 2014). No Rio Grande do Sul, entre 1818 e 1833, houve 104 homicídios envolvendo escravizados – 47% dos casos envolveram senhores e feitores. Em apenas 22 casos escravizados foram mortos por outros cativos (Lima, 1997).

100$000 DE GRATIFICAÇÃO. BEMPOSTA. Fugiu no dia 29 de agosto, da fazenda de Santa Julianna, freguezia da Bemposta, municipio da Parabyba do Sul, pertencente a D. Maria José da Natividade Vieira, o escravo de nome Valeriano, crioulo do Rio de Janeiro, com os signaes seguintes: idade 30 annos pouco mais ou menos, corpo regular, côr nem muito fula, nem muita preta, barba falhada, uzando de bigode, porem pouco, pés e mãos bem feita, bons dentes, as pernas um pouco arcadas, risonho, falla bem e é muito vivo. É official carpinteiro e pagem, tambem entende de carreiar com bois, ferra animaes e monta bem a cavallo. Levou vestido na occasião em que fugiu, calça tinta de algodão da Bahia, camisa de algodão americano, japona nova e um barrete de brim. Suppoõe-se que tenha mudado de nome; e que se intitula livre. Foi visto na corte no dia 31 de agosto, nas immediações da rua de Paula-Mattos, dizendo ter ido levar uma carta á um seu senhor moço. Consta mais, que tem em seu poder uma carta que pediu a alguem para escrever, dizendo que era para sua mãi (a qual já não existe), cuja carta só lhe serve de resalva. Quem o apprehender e leva-lo a dita fazenda, ou na corte á rua de Paula-Mattos n 22 A 1º, ou á rua dos Benedictinos n. 28, receberá a gratificação de 100$, e se der noticias certas do logar onde se acha, terá 50%. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.

Fonte: *Correio do Brazil*, Rio de Janeiro, Ed. 302, 1872.

Figura 2 – Fuga do escravizado Fortsunato

FUGIU no dia 23 de Abril de 1871 da rua do Monte n. 12A, um preto de nação Moçambique, de nome Fortunato, de idade 40 annos, meio capenga, e em uma das mãos tem o dedo mendenho aleijado, falla bem, anda ao ganho e levou a chapa da licença da camara n. 606, tem muita habilidade, é perfeito mestre de toda a pescaria, é mergulhador, trabalha em jardim, dizem em S. Christovão até Cascadura. Protesta-se contra quem o acoutar. Quem o levar no numero acima á sua senhora, D. Gertrudes Ferreira Carolina de Figueiredo, ou á rua do Ouvidor n. 85, será recompensado. Este escravo foi comprado a Antonio Moreira dos Santos Paredes, morador na Quinta do Cajú.

Fonte: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Ed. 44, 1860.

Ao centrarmos a nossa atenção nas fugas, uma das formas de reação mais recorrentes, torna-se notório que esse meio de resistência foi inerente ao regime escravista (Dean, 1977; Stein, 1990; Mattoso, 2003; Reis, 2018).[6] Essa ação tornou-se, provavelmente, mais frequente a partir do final dos anos 1860, em virtude do aumento do número de mestiços e negros livres – que fez com que a cor da pele deixasse de ser uma marca provável da condição de escravizado (Mattos, 2013) –,[7] da ascensão do abolicionismo, da aprovação da Lei Rio Branco (1871), pelo fato de que cada vez uma quantidade menor de livres acessavam a propriedade cativa e se faziam solidários com a sua manutenção e da conformação de uma sociedade mais complexa e urbana.

A partir dos anos 1860, parte da população começava a aderir às ideias e ações abolicionistas, movimento então pautado por intervenções no espaço urbano, pela teatralização da política[8] e pela mobilização das instituições decisórias. Estratégias essas que aceleraram a deslegitimação do cativeiro, atraíram novos adeptos à causa e obtiveram vitórias

[6] Alguns dados, além dos mobilizados neste artigo, evidenciam a importância das fugas. A prisão central da província do Rio de Janeiro, em 1826, listou 895 cativos fugitivos (Karasch, 2000). Flávio Gomes (1996), a partir de registros policiais da Corte, relativos ao período entre 1800 e 1830, encontrou um total de 5.363 escravizados recapturados, dos quais 80% eram africanos. O mesmo autor, ao pesquisar os jornais *A Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Diário do Rio de Janeiro*, entre 1809 e 1821, identificou que 1.258 africanos foram listados como fugitivos. Ademais, tal como Soares (2007) evidencia, os cativos evadidos e recapturados representaram 42% do total de prisioneiros do presídio da cidade do Rio de Janeiro, entre 1810 e 1830 (desse grupo, apenas 178 eram mulheres) (ver também Ferreira (2020) e Gerbara (1988)). Para além das fugas, outros aspectos acerca da resistência dos cativos foram abordados por Reis (1989, 1996), Gomes (2002), Machado (2010), Chalhoub (2011) e Graham (2002).

[7] Tal como afirma Hebe Mattos: "O crescimento demográfico de negros e mestiços livres, que respondiam em 1872 por 43% da população total do império, em grande parte tributaria do recrudescimento da prática da compra de alforrias, já não permitia perceber os não brancos livres como exceções controladas" (Mattos, 2013, p. 102).

[8] "Enquanto anglo-americanos tinham difundido o abolicionismo nas capelas, [segundo Alonso, 2015, p. 18] no Brasil a união entre Igreja e Estado escravista obrigou-os a buscar outro espaço para os eventos de persuasão da opinião pública. Apossaram-se dos teatros e, assim, poemas e óperas [...] deram o tom da propaganda."

relevantes (Alonso, 2015). É evidente, ademais, que os indivíduos aqui mobilizados interagiam no seio de uma sociedade em transformação e que a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores constituíram, ao longo da segunda metade do século XIX, uma das suas expressões mais avançadas no âmbito do Império do Brasil (Rossini, 2023). No contexto econômico, sociocultural e político da cidade, houve uma socialização mais ampla das experiências vividas acerca da condição alienada de cada indivíduo, tanto como pessoa quanto como trabalhador, o que influenciou a dinâmica de reação ao regime. No ambiente urbano e na indústria, os cativos encontraram melhores condições para compartilhar vivências com outros escravizados e com os operários ou ex-escravizados, cujas realidades e ideais eram frequentemente diversos e mais críticos. Foi também na cidade que se disseminaram as ideias e interpretações críticas sobre a escravidão e as possibilidades de sua superação (Ianni, 1988). De mais a mais, as cidades foram regularmente utilizadas pelos fugitivos, que se abrigavam entre os negros livres ou libertos (Klein e Vinson III, 2015).

Outro aspecto relevante e preponderantemente urbano diz respeito ao fato de que a relação de trabalho predominante cedeu espaço a formas alternativas de organização do trabalho. As diversas ocupações exercidas pelo "escravo de ganho" e pelo "escravo de aluguel" no meio urbano foram fundamentais para a dinâmica do sistema, assim como foram centrais às novas formas de repressão e violência. Estas não podem ser usadas com o mesmo arbítrio e a mesma generalidade que na fazenda, engenho e *plantation*. Tais formas, além de menos ostensivas que as empregadas no campo (o que facilitava a socialização mencionada antes e as fugas), foram, nas cidades, protagonizadas pelo Estado, que passou a "feitorizar" os cativos (Algranti, 1988), evidenciando que o escravismo soube lançar mão de instrumentos variados para se manter, adaptando-se à dinâmica inerente às modalidades mais modernas de acumulação da riqueza.

As fugas foram individuais e coletivas e motivadas não apenas pela violência e pelo trabalho árduo, mas também pela tentativa malsucedida de obtenção de alforria, pela dinâmica extenuante de trabalho,[9] por terem cometido outras formas de resistência, por problemas cotidianos, pelo celibato (em decorrência da elevada taxa de masculinidade, especialmente nos grandes plantéis do sudeste paulista ligados à produção cafeeira) e por ausência de laços familiares (Reis, 1999; Matoso, 2001; Florentino, 2003). As fugas foram também fomentadas pela exacerbação de uma das componentes essenciais de suas vidas, a condição de

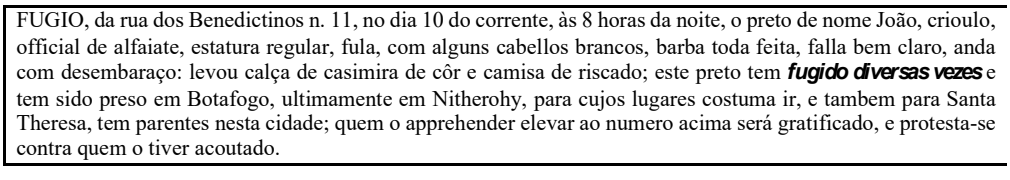
[9] Tal como evidencia Salles (2018, p. 128), "a violência cotidiana, ou a ameaça dela, significava a principal marca da rotina da vida dos escravos. A rotina numa grande propriedade girava em torno de uma jornada de trabalho de cerca de quinze horas por dia. [...] O não cumprimento da tarefa de forma continuada acarretava castigos físicos. O trabalho prosseguia até o escurecer [...]. Na sequência [...] as atividades, no terreiro, no engenho, no paiol ou na preparação das refeições do dia seguinte, eram retomadas, indo até as nove ou dez horas da noite."

mercadoria, isto é, "a possibilidade de ser objeto de negócio, viu-se terrivelmente ampliada e teve as suas bases redefinidas" (Mattos, 2013, p. 119). A venda que os cativos sofriam para outras regiões ou províncias, tinha como resultado a inserção desses indivíduos em outros cenários sociais e de violência possivelmente mais acentuada e recorrente, fruto das maiores exigências de produtividade das áreas receptoras, economicamente mais dinâmicas.

Quando o cativo não tinha possibilidade de criar seus espaços de liberdade, quando não encontrava família, grupo ou diversão para si mesmo, então ele mais facilmente se recusava à disciplina do trabalho e se revoltava, o que se efetivava, muitas vezes, por meio das fugas. As famílias, que poderiam ter várias gerações nos maiores plantéis, evidenciavam, por um lado, maior adaptação dos cativos, em virtude dos laços de identidade e solidariedade, mas, por outro, poderiam constituir núcleos que fomentavam a resistência e não a passividade perante o regime (Slenes, 2013). "O escravo 'em fuga' não fugia somente do senhor ou do trabalho, mas dos problemas sem solução de sua vida diária: fuga do modo de vida e da falta de enraizamento tanto no grupo de escravos como na sociedade global" (Mattoso, 2003, p. 156).

Valeriano, escravizado mencionado na abertura deste item, possuidor de diversas habilidades (oficial carpinteiro, pajem, entendido de carrear com bois, de ferrar animais e de montar a cavalo), talvez estivesse fugindo de uma jornada de trabalho de mais de quinze horas por dia e, assim como o moçambicano Fortunato – esse traficado para o Brasil provavelmente criança ou ainda jovem e que carregava em seu corpo marcas de parte da violência que sofreu ("meio capenga, e em uma das mãos tem o dedo mendenho aleijado") –, lançou-se em arriscada empreitada. Ambos procuraram em outro lugar cumplicidades, relações e afeições. Assim como Valeriano e Fortunato, outros "homens e mulheres, jovens e velhos, de qualquer profissão e de qualquer origem, alimentavam a crônica diária dos 'escravos em fuga' dos jornais brasileiros" (Mattoso, 2003, p.153). Os cativos fogem do senhor da fazenda e da cidade (provavelmente mais facilmente). Fogem ao menos uma vez ou, frequentemente, diversas vezes ao longo das suas vidas, tal como João (Figura 3), um "official de alfaiate" já senhor de "cabellos brancos" que havia fugido recorrentemente.

Figura 3 – Fuga do escravizado João


FUGIO, da rua dos Benedictinos n. 11, no dia 10 do corrente, às 8 horas da noite, o preto de nome João, crioulo, official de alfaiate, estatura regular, fula, com alguns cabellos brancos, barba toda feita, falla bem claro, anda com desembaraço: levou calça de casimira de côr e camisa de riscado; este preto tem ***fugido diversas vezes*** e tem sido preso em Botafogo, ultimamente em Nitherohy, para cujos lugares costuma ir, e tambem para Santa Theresa, tem parentes nesta cidade; quem o apprehender elevar ao numero acima será gratificado, e protesta-se contra quem o tiver acoutado.

Fonte: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Ed. 230, 1871.

Independentemente do motivo e da forma, as fugas tencionavam o sistema em virtude dos prejuízos resultantes de ausências prolongadas ou permanentes. Todavia, a recompensa animava os delatores, a igreja era conivente com a repressão, os proprietários contavam com os anúncios de jornal para disseminar informações sobre os fugitivos. A possibilidade de se protestar, com todo o rigor da lei, contra quem "acoutasse" os evadidos dificultava o auxílio de outras pessoas.

A recaptura também foi facilitada, pois, por vezes, as fugas foram utilizadas como fator de negociação por melhores condições de vida e trabalho, por isso muitas se caracterizavam como escapadas temporárias nas quais os cativos permaneciam nas proximidades da propriedade de seu senhor (Amantino; Florentino, 2012; Klein; Vinson III, 2015; Reis; Silva, 1989).

Outra via relevante de combate às fugas foi a repressão direta, contínua e violenta exercida, por exemplo, por meio da utilização de capitães do mato e de "empresas" meio policiais, meio militares.

> Encarregado da captura dos fugitivos, o capitão do mato era geralmente um negro livre que passava pelas propriedades, verificando se algum escravo tinha fugido. Acompanhado de cães adestrados e, às vezes, de dois ou três acompanhantes, o capitão do mato partia para uma verdadeira caça ao homem. [...] Esse sistema de repressão funcionava [...] precariamente de tal forma que no século XIX foram criadas "empresas" meio policiais, meio militares [...]. Todavia, a proliferação dos quilombos até o século XIX, quando então a repressão parecia bem-estruturada, mostrava que a sociedade brasileira era incapaz de conter essas ações de oposição e algumas vezes se fazia cúmplice (Mattoso, 2003, p. 162 e 163).

Para além das ações anteriores, os proprietários também buscavam atenuar as fugas através de tentativas de dissuasão que se efetivavam por meio da cessão de lotes de terra para que os cativos realizassem cultivos, da permissão de períodos de ócio e maior autonomia em domingos e dias santos, pela disseminação de certo cristianismo caracterizado pelo "amor ao trabalho e obediência cega aos seus senhores e àqueles que os controlavam" (Werneck apud Stein, 1990, p. 173) e também evitando castigos excessivos, tal como recomendava o *Manual do agricultor brasileiro* (1839).[10]

4. Aspectos demográficos e ocupacionais dos cativos no Rio de Janeiro, ao longo das décadas finais da escravidão

[10] Segundo o Manual: "para fazer os cativos trabalharem adequadamente a violência e o medo eram necessários. Esses, contudo, deveriam ser empregados "com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista [...]" (Taunay 2001).

Antes de examinar as potencialidades da documentação reunida, traçamos um panorama sobre a dinâmica da população cativa e os tipos de atividades por ela exercidos na província e cidade do Rio de Janeiro.

A abolição do tráfico negreiro transatlântico não resultou no declínio do complexo escravista exportador cafeeiro do Vale do Paraíba e adjacências. O tráfico interprovincial foi relevante e, juntamente com a reprodução natural, garantiu o aumento da população cativa na província do Rio de Janeiro, a qual, em 1856, era de 263.302 indivíduos e passou para 292.187, em 1872. Já em 1884, quando as consequências da Lei Rio Branco (1871) haviam se tornado manifestas, havia 258.238 escravizados e 82.787 ingênuos (por força da lei permaneciam, na sua quase integralidade, sob tutela do senhor da sua mãe até os 21 anos) na província, o que totaliza mais de 340 mil trabalhadores concentrados, sobretudo, nas áreas cafeeiras (49,7% em 1856 e 65,5% em 1884) (Salles, 2018).

Com relação à cidade do Rio de Janeiro, em 1822, cerca de metade dos 112 mil habitantes eram cativos. Em 1849, enquanto o número de escravizados chegava a mais de 110 mil, a população livre era de 144 mil pessoas (Carvalho, 2018). Mais à frente, segundo o censo de 1872, havia 274.972 habitantes na Corte, desses, 226.033 eram livres (82,20%) e 48.939 cativos (17,7%). Nessa localidade, a soma de escravizados e pessoas livres negras resultava em 44,4% da população total. Quando consideramos apenas a população negra, cerca de 40% dela era cativa.

Os relatos de viajantes estrangeiros, desde o início do século XVII, falavam de escravizados ligados às mais diferentes ocupações, o que foi confirmado pelo censo de 1872 – apesar da subcontagem, pois os proprietários evitavam revelar suas posses, temendo ser taxados ou punidos em decorrência do descumprimento da Lei Feijó, de 7/11/1831 –, que evidencia a diversidade de atividades realizadas pelos escravizados Brasil afora, incluindo as que demandavam maior nível de qualificação. Este censo aponta a existência de 345 mil escravizados, economicamente ativos, que não se dedicavam diretamente à agricultura. De acordo com Luna e Klein (2010), por exemplo, 10% dos 126.000 trabalhadores das fábricas têxteis, primeira grande atividade industrial do Brasil, eram cativos; 19% de todos os trabalhadores vinculados à construção, à alvenaria, à cantaria (talhar blocos de rocha bruta) eram escravizados; os 175 mil cativos que estavam no serviço doméstico representavam 15% dos escravizados economicamente ativos; os escravizados jornaleiros, por sua vez, representavam 23% do total.

No Rio de Janeiro, para além das tarefas do eito, entre as ocupações mais usuais dos escravizados urbanos estava a carga e descarga de mercadorias nos portos e nas ruas, o

trabalho em obras públicas, nos serviços realizados na cidade, no comércio a varejo, no artesanato e como domésticos. Diversos cativos, ademais, circulavam com autonomia, sendo pagos por serviços realizados, muitas vezes moravam fora da residência senhorial e pagavam, de quando em quando, o que lhes era exigido. As crianças também eram aproveitadas em tarefas menos qualificadas (Rossini, 2019). Mesmo os setores mais modernos utilizavam escravizados, o que colaborava para diminuir os salários dos trabalhadores livres. Por exemplo, a produção das fábricas Imperial de Pólvora e de Ferro de Ipanema, no Rio de Janeiro, contavam, na década de 1840, com mais de cem escravizados cada. Nas muitas chapelarias, tecelagens, charutarias, matadouros, fábricas de sabão, os cativos se faziam presentes (Carvalho, 2018).

Quando mais uma vez se tem em vista os dados do censo de 1872 relativos à província e cidade do Rio de Janeiro (Figura 4), é possível perceber a ocorrência de importantes volumes de cativos (em relação à soma de livres e escravizados da localidade) envolvidos com atividades especializadas.[11]

Figura 4 – Porcentagem de cativos envolvidos com atividades especializadas, de acordo com o censo de 1872, em relação à soma de livres e escravizados

Na Província do Rio de Janeiro, a despeito do menor volume total de trabalhadores livres e cativos vinculados às atividades especializadas em relação à cidade do Rio, houve proporção relevante de escravizados envolvidos com: metais (18%), madeira (29%), tecido (38%), edificações (26%), calçados (20%) e costura (32%). Também foi significativo o número de escravizados que trabalharam como jornaleiros (23% de todos os ocupados nesta função) e nos serviços domésticos. Dos 55.011 trabalhadores envolvidos nesta última atividade, 42% eram cativos. *Na cidade do Rio de Janeiro*, número relevantes de escravizados trabalhavam com: metais (10%), madeira (12%), edificações (22%), couros e peles (12%), vestuário (10%) e calçados (10%).

Fonte: Censo de 1872. Elaboração própria.

Tal cenário refuta, como sinaliza Soares (2007), interpretações que afirmam que os trabalhadores escravizados, mesmo aqueles dedicados às atividades industriais, eram direcionados somente para tarefas não especializadas. Por fim, o fato de essas atividades permitirem ao cativo — especialmente aqueles de ganho e residentes na cidade — escapar a uma vigilância mais rígida, em razão da crescente 'ausência' dos senhores e da transferência parcial do controle ao Estado, que passou a exercer uma espécie de 'feitorização', além de

[11] Sobre as ocupações de parte dos escravizados que residiam na cidade do Rio de Janeiro, entre 1789 e 1839, ver Lima (2000, 2010) e Lobo (2024). Acerca de características do processo de trabalho dos cativos residentes em outras localidades, ver: Graham (1976), Schwartz (1985, 1888), Ferlini (2003) e Godoy (2004). Para além desses, chamo a atenção para o trabalho recente de Colistete (2021). Colistete, a partir de trabalho realizado com documentos provenientes da província de São Paulo e tendo em vista a segunda metade do século XIX, também procurou acessar a qualificação dos escravizados por meio das informações existentes em anúncios de fuga. A partir da coleta e análise de 3.376 anúncios, o autor, além de apresentar um quadro geral das habilidades dos escravizados evadidos como base nos anúncios que explicitaram as suas ocupações (cerca de 30% dos casos), tentou prever as qualificações dos demais, isto é, dos indivíduos cujos anúncios de fuga não fizeram referências à sua ocupação. Para tanto, recorreu a dados individuais sobre sexo, idade, etnia, residência, particularidades físicas e outras características. A previsão para o grupo sem habilidades conhecidas foi realizada por meio de algoritmos de classificação de aprendizado de máquina. Os resultados evidenciam que cerca de metade dos escravizados que empreenderam fugas foram trabalhadores qualificados e destinados a ocupações artesanais. Estes eram, sobretudo, homens, residentes em áreas rurais, mais velhos do que suas contrapartes pouco qualificadas.

possibilitarem a retenção, parcial ou integral, do excedente da taxa diária imposta pelo senhor, contribuiu para o enfraquecimento da lógica escravista de produção dentro do próprio regime de escravidão (Algranti, 1988, Silva, 1998 e Rossini, 2023).

5. Apreciação dos dados compulsados

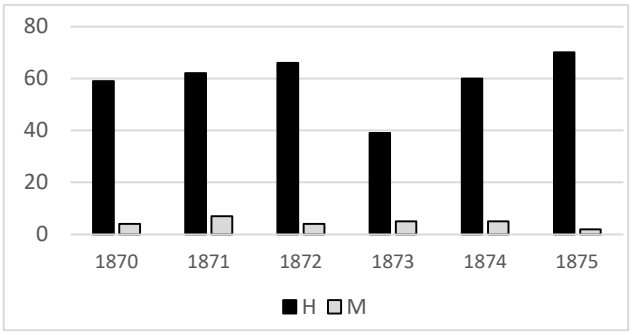
Tal como já indicado, as análises a seguir foram realizadas a partir da coleta de 3.982 anúncios de fugas de escravizados publicados, sobretudo, no *Jornal do Commercio*. Após eliminar a expressiva redundância, resultante da republicação do mesmo anúncio em diversas edições de certo jornal e/ou da sua divulgação em distintos periódicos, obtiveram-se 1.478 ocorrências. A partir destas, foram analisados 383 anúncios que explicitaram a ocupação e, por extensão, a qualificação dos escravizados evadidos.

Dessas quase 1.500 fugas, 1.106 (75%) foram realizadas por homens e 372 por mulheres, o que resulta na razão de sexo de 297,31 escravizados por 100 escravizadas.[12] A maioria dos indivíduos desses grupos possuía a idade média de cerca de 30 anos. As fugas ocorreram principalmente no meio urbano, e 10,3% em grupo. Estas, por sua vez, ocorreram, sobretudo, no campo. Identificamos também que os anúncios foram publicados preponderantemente a pedido de homens (apenas cerca de 10% dos senhores que indicaram os seus nomes nos anúncios eram mulheres) e que mais da metade dos anúncios (56%) indicaram a origem dos escravizados. Destes, 72% eram brasileiros.

Ao centrarmos a atenção sobre o conjunto de anúncios que indicaram a ocupação dos fugidos, temos possibilidade de evidenciar aspectos relevantes, tais como os expostos no gráfico e nos quadros subsequentes. O primeiro deles explicita que, dentre os fugitivos que tiveram a sua idade indicada (muitas vezes de forma aproximada), a média etária prevalecente foi de 32,6 – semelhante, portanto, à constatação mais geral indicada no parágrafo anterior. Ao longo do recorte temporal que se tem em vista, a discrepância entre os sexos dos cativos em fuga foi muito acentuada (ver Gráfico 1) – a razão de sexo entre os fugitivos com ocupação explicitada foi de 1.314 homens por 100 mulheres, portanto significativamente maior do que a observada no grupo de escravizados com e sem ocupação indicada nos documentos pesquisados.

[12] A razão de sexo resulta da divisão do número de homens pelo número de mulheres – (H/M)*100 –, em determinado espaço geográfico e em certo período. Normalmente, é expresso como o número de homens por 100 mulheres.

Gráfico 1 – Número de fugas por ano. Escravizados com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro



Fonte: Anúncios de fugas publicados em jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1870-1875. Elaboração própria. Anúncios disponíveis em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso: maio 2025.

Cabe colocar em primeiro plano que a baixa participação das mulheres com ocupação indicada, menos de 2% dos evadidos, possivelmente resulta de possuírem filhos (hipótese respaldada pelo fato de que apenas 7% das mulheres deste grupo realizaram fugas em grupo) e também da construção mais frequente de outras formas de conquista da liberdade, por exemplo, por meio do acúmulo de pecúlio e compra da própria alforria. Tal possibilidade estava prevista na Lei Rio Branco (1871) e foi utilizada mais frequentemente pelas cativas, já que elas foram mais demandadas para a realização de serviços que permitiam tal acúmulo, como os domésticos, além de contarem mais usualmente com o esforço da comunidade de escravizados e ex-escravizados para levantar o montante necessário para a compra da sua alforria, pois atribuía importância à liberdade das cativas, já que permitiria o subsequente nascimento de filhos livres e, a partir da Lei de 1871, sem a necessidade de prestar serviços até a idade de 21 anos completos (Rossini, 2023).

A construção da possibilidade de alforria também incentivou, como evidencia Silva (2016), a agência das escravizadas no sentido de desvalorizar o próprio preço e, assim, facilitar a compra de sua liberdade. Estratégias como desobediência, displicência, ações que causavam pequenos prejuízos, bem como pedidos de proteção a famílias inimigas dos senhores, foram utilizadas com esse objetivo. Por outro lado, muitas escravizadas buscaram remuneração durante os poucos momentos de folga, negociaram diretamente o valor de sua alforria e recorreram, com o auxílio de intermediários livres, a meios jurídicos para determinar o seu preço – uma iniciativa relevante, já que a Lei de 1871 não fixava um valor máximo para as manumissões. Além disso, esses recursos foram empregados não apenas para garantir a liberdade prometida por meio de cartas de alforria condicionais, mas também para assegurar a liberdade de seus filhos nascidos a partir de 1871 (Rossini, 2023).

Quadro 1 – Faixa etária, idade média e recompensa em contos de réis ($ nominal médio). Escravizados com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

Faixas etárias	H	Idade média	Recompensa em contos de réis ($ nominal médio)	M	Idade média	Recompensa em contos de réis ($ nominal médio)	Total (H+M)
10 - 20 anos	39	18,8	76.479	3	18,7	190.000	42
21 - 30 anos	90	25,6	112.593	3	25,7	300.000*	93
31 - 40 anos	68	37	132.065	6	39,7	43.300	74
41 - 50 anos	47	47,2	103.333	1	50	20.000	48
51 - 60 anos	4	54	35.000	-	-	-	4
Sem idade explicitada	108	-	70.000	14	-	80.000	122
Total geral							**383**

* Apenas um anúncio indicou a recompensa de 300$000, os demais não evidenciaram a recompensa oferecida.
Fonte: Idem Gráfico I. Elaboração própria.

Nos anúncios que indicavam a ocupação dos cativos, foi recorrente a ausência do nome dos anunciantes – o que pode ser resultante da intenção dos proprietários de se preservarem da "grande onda antiescravista" então prevalecente (Blackburn, 2016) –,[13] o que permitiu a identificação do sexo em apenas 37% dos casos. No âmbito dessas ocorrências, a imensa maioria (92%) foi publicada a pedido de homens (tal carência e a prevalência dos senhores homens também foram notórias no âmbito dos anúncios que não explicitavam a ocupação dos fugidos).

Sessenta e três por cento dos anúncios indicaram a origem dos escravizados evadidos. Entre aqueles que tiveram a sua origem mencionada, os que nasceram no Império do Brasil ("crioulos") constituíam 69%. Também chamam a atenção os 75 cativos africanos com ocupação explicitada nos anúncios, já que 73% desse grupo é formado por indivíduos com menos de 45 anos de idade, revelando terem sido traficados para o Império do Brasil ilegalmente, pois à revelia da Lei Feijó, de 7/11/1831.[14] Inclusive, em virtude dessa mesma Lei, também foi ilegal a escravização dos descendentes dos cativos traficados para o Brasil ilegalmente a partir de fins de 1831.[15] Tal como afirma Alencastro (2010, p. 7), "boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda – primeiro e sobretudo – ilegal." Tal constatação, recorrente em outras pesquisas (Rossini, 2023, 2019, 2017), coloca em primeiro plano a existência de um pacto entre o diversificado grupo de sequestradores que constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira, pois ajudou a firmar a impunidade e o

[13] Encontramos uma das expressões dessa "onda" no Brasil em uma das ações do jornal *Gazeta da Tarde* que arrolava nome e local de residência de senhores violentos, descritos de forma semelhante aos anúncios de fuga de cativos. Por exemplo, "O cidadão Egydio, espoliado há trinta anos de sua liberdade, gratificará generosamente a quem lhe entregar o negreiro Leocádio Gomes Franklin, residente na fazenda da Abundância" (Alonso, 2015, p. 192).

[14] Esta lei "faz saber a todos os Subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Decretou", dentre outras coisas: "Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Codigo Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despezas da reexportação para qualquer parte da Africa." Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

[15] Esta pesquisa também permitiu verificar outra informação que corrobora essa conclusão, qual seja: a existência de 57 africanos, com menos de 45 anos, que não tiveram a sua ocupação explicitada.

casuísmo da lei que marca a história do país (Alencastro, 2010). A partir de 1831, além da provável sub-representação dos cativos nos censos, outra consequência relevante da ilegalidade aparece por meio da sua conexão com a precariedade da liberdade. Tal conexão, como avalia Chalhoub (2012b), é importante "tanto para compreender os modos de atuação do poder público no período quanto para observar as atitudes e estratégias de pretos e pardos, escravos e livres ou libertos, no intuito de lidar com essa situação", pois o desrespeito à Lei de 1831 reduziu as exigências de prova da propriedade de cativos, o que, consequentemente, facilitou a escravização ou reescravização desses grupos.

Outra informação relevante surge ao se associar a origem e a ocupação dos escravizados (Quadro 2). Nesta associação, ficou notória a prevalência dos "crioulos" ou brasileiros qualificados. Ao se confrontar, ademais, os cativos e cativas "crioulos" e "de nação" (nascidos em diferentes regiões da África) com os seus respectivos totais (isto é, a totalidade de indivíduos decorrente da soma daqueles com e sem ocupação indicada), percebe-se que a proporção de escravizados qualificados brasileiros e africanos foi próxima (53% e 46%, respectivamente). Tal informação evidencia que os fugitivos africanos, já habituados, após mais de duas décadas, com a dinâmica de vida e trabalho no Brasil, eram tão habilidosos quanto os evadidos nascidos no país.

Quadro 2 – Origem dos escravizados fugidos com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

Origem	H	M	Total	Participação de H e M no total
De nação	64	11	75	19,63%
Crioulo	160	8	168	43,98%
Sem indicação de origem	131	8	139	36,39%
Total	355	27	382	100,00%

Fonte e acesso: Idem Gráfico 1. Elaboração própria.

Os Quadros 3 e 4 demonstram a origem dos escravizados nascidos no Brasil e na África. O Quadro 4 coloca em primeiro plano a preponderância dos minas e moçambicanos. O Quadro 3 evidencia o expressivo número dos provenientes do Norte e Nordeste do Império, fato relevante, pois corrobora uma das conclusões presentes nas pesquisas sobre a dinâmica do mercado doméstico de cativos, a partir de 1850 (Rossini, 2019, 2017, 2013; Motta, 2012), qual seja: o Nordeste foi o principal fornecedor de escravizados para o Sudeste, sobretudo após a reorganização da produção de algodão no sul dos EUA, iniciada ainda em 1865, isto é, já nos momentos finais da guerra civil norte-americana – processo que contribuiu para a decadência econômica das regiões vinculadas a essa cultura (Marquese; Salles, 2016). Como decorrência desse movimento, de um lado, os produtores de algodão, de mantimentos e os donos de pequenos plantéis do meio urbano, do agreste e de outras regiões empobrecidas do Nordeste e Norte do Brasil se viram impelidos a comercializar seus cativos, não para as

plantações e os engenhos de açúcar, que enfrentavam dificuldades provenientes da competição cubana, mas para o Sudeste cafeeiro, por meio, principalmente, do porto do Rio de Janeiro. De outro lado, houve nas *plantations* cafeeiras concentração exacerbada de cativos homens, oriundos de experiências de cativeiro bastante diversas, "portadoras de expectativas sobre a relação senhor-escravo às vezes bastante distintas das que orientava a ação de seus novos senhores" (Mattos, 2013, p. 123).[16]

Quadro 3 – Origem dos cativos "crioulos" fugidos com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

Local de origem	H	Recompensa em contos de réis ($ nominal médio)	M	Recompensa em contos de réis ($ nominal médio)	Total
Nordeste e Norte	51	116.218	2	50.000	53
Sudeste	18	126.677	1	300.000	19
Sul	4	250.000	-	-	4
Sem indicação de origem	87	117.728	5	176.667	92

Fonte e acesso: Idem Gráfico 1. Elaboração própria.

Quadro 4 – Origem dos cativos africanos fugidos com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

Origem	H	M	Idade média	Total
Angola/Cabinda	8	1	50,1	9
Benguela	6	4	48	10
Congo	7	-	50	7
Costa da Mina	13	2	48,7	15
Moçambique	12	1	39,8	13
Sem indicação de origem	18	3	44,3	21
Total Geral	64	11	44,9	75

Fonte e acesso: Idem fonte Gráfico 1. Elaboração própria.

Indicou-se o local das fugas e o sexo dos escravizados evadidos por meio do Quadro 5. Através das informações presentes nesse quadro, ficou evidente que a maioria dos anúncios indicou o local da fuga e a maior relevância das realizadas por homens e ocorridas no campo. Em termos nominais médios, as recompensas ofertadas evidenciam que os senhores estavam dispostos a pagar mais pelos homens fugidos no campo (134$000) do que em relação aos fugidos na cidade (100$000). O fato de a maioria das fugas realizadas por cativos com algum tipo de qualificação ter ocorrido no campo corrobora um dos resultados obtidos por Colistete (2021), que, ao estudar as fugas e a qualificação dos cativos na província de São Paulo, concluiu que "escravos qualificados estavam presentes em grande número no ambiente rural de fazendas e plantações, em vez de aglomerados principalmente em áreas urbanas, como às vezes é retratado" (Colistete, 2021, p. 17).

[16] Não por acaso, diferentes estudos evidenciam que o custo da vigilância e disciplinarização dos cativos havia se elevado significativamente, sobretudo após 1850, no oeste paulista (Machado, 2014; Azevedo, 1987).

Quadro 5 – Local das fugas e sexo dos escravizados evadidos com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

Local das fugas	H	M	Total	% do total
Mar	8	-	8	2%
Campo	78	3	81	21%
Cidade	67	3	70	18%
Ilha*	7	1		0%
Sem indicação de local	198	18	216	56%
Total	358	25	383	100%

Ilhas: Paquetá, Ilha do Governador, Nitheroy, Ilha da Enxada. Fonte e acesso: Idem fonte Gráfico 1. Elaboração própria.

Os dados coletados também evidenciam a larga ascendência das fugas individuais realizadas por brasileiros e africanos, assim como a maior recompensa, em termos nominais médios, oferecida pela recaptura dos primeiros, o que provavelmente resulta da menor idade média desses indivíduos. Na cidade, ocorreram três fugas em grupo; no campo, sete; e na Ilha da Enxada, duas. Os brasileiros realizaram dez fugas em grupo enquanto os cativos africanos, apenas uma. A recompensa nominal média oferecida pela recaptura dos homens que fugiram em grupo foi cerca de 175 mil réis e a ofertada para reaver aqueles que realizaram fugas individuais (independentemente do local da fuga) foi de 94.358 réis (em ambos os casos a idade média observada foi cerca de 32,5), diferença importante, pois lança luz sobre a maior repressão empreendida contra as fugas em grupo, prática com maior possibilidade de desestabilizar o sistema. A Figura 1 do anexo evidencia exemplos de anúncio que noticiaram fugas em grupo.

Quando se tem as fugas em grupo em vista, cabe indicarmos uma hipótese a ser estudada em pesquisa futura. Em virtude de casos como os reproduzidos na Figura 1 do anexo, conjectura-se que os grupos de cativos em fuga podem ter sido constituídos, com alguma recorrência, por famílias. As fugas realizadas por integrantes de uma mesma família (casais casados ou unidos consensualmente e pai e/ou mãe com os seus filhos, irmãos, parentes próximos e, também, padrinhos) possuem grande importância, pois retratam o anseio de viverem livres e em companhia do núcleo familiar ou de integrantes da família estendida (Reis, 1999). Podemos imaginar as motivações que os teriam incentivado a correr os riscos decorrentes da fuga em momento caracterizado pela instabilidade do sistema, resultado das incertezas acerca da dinâmica da escravidão oriundas da promulgação da Lei Rio Branco (1871), e pelo aumento da carga de trabalho e da violência que os cativos eram obrigados a suportar, devido às exigências por maior produtividade, em um contexto no Sudeste do Brasil marcado pela elevação do preço internacional do café. Havia, outrossim, a incerteza de seus destinos, em parte pautada pela possível fragmentação da família por meio da venda de seus integrantes, sobretudo, como afirma Slenes (2013), quando compunha pequenos plantéis.

Tendo em vista o Quadro 6, cabe inicialmente mencionar que a diferença entre o total de ocorrências apresentado e os quase 400 cativos cujas ocupações aparecem nos anúncios de fuga resulta de as informações aí presentes também contemplarem os escravizados com mais de uma ocupação, tal como uma das notas no "pé" do Quadro indica. Além disso, a diferença também se explica em virtude da existência de um grupo de cativos que exercia uma miríade de outras atividades, tais como: maquinista, lustrador, empalhador, chacareiro, arreador, ferrador, fosseiro, curandeiro, músico, qualquer serviço braçal, ensacador, falquejador, etc. Não foram incluídas tais observações na tabela, para evitar a existência de muitas linhas contemplando apenas um indivíduo exercendo tais ocupações.

Para além dos aspectos anteriores, é possível notar que as informações apresentadas no Quadro 6 demonstram a prevalência de atividades exercidas no ambiente urbano. Parte importante das ocupações, de um lado, evidencia a especialização e a diversidade dos trabalhos executados por muitos cativos, o que contraria as ponderações sobre os escravizados terem sido menos habilitados para a realização de atribuições mais complexas. De outro, por serem atividades exercidas sobretudo no meio urbano, as informações presentes no Quadro 6 corroboram, indiretamente, uma das constatações do censo de 1872. Trata-se do fato de que a concentração dos cativos nas atividades relacionadas às *plantations*, a despeito da sua importância, foi paulatina ao longo da segunda metade do século XIX. Segundo esse censo, ainda no início dos anos 1870, a maioria dos escravizados e escravizadas estavam vinculados a atividades variadas, que iam do trabalho urbano qualificado (muitas vezes não rotineiro e recompensado) e não qualificado, ao transporte com mulas (Ianni, 1988; Luna; Klein, 2010) e à pesca de baleia (Ellis, 1973).

Figura 5 – Anúncios de fuga de cativos com diferentes ocupações



100$ de gratificação.

Fugio, no dia 26 de Dezembro do anno passado, da rua do Sabão n. 105, o escravo Raymundo, crioulo, de 30 annos, barba cerrada, curta, olhos vivos, tem signaes de pollos antigos, altura regular, toma tabaco, não sabe bem as ruas, por ter chegado ha pouco tempo de Minas, d'onde é natural, é tropeiro, ferrador, pedreiro e do serviço de roça: foi escravo do Sr. Antonio Antunes de Cerqueira Junior, morador em Minas; desconfia-se que procura algumas das estações da estrada de ferro D. Pedro II para embarcar-se; levou vestido camisa branca e calça de riscadinho; no dia 1 de Janeiro corrente quasi foi capturado no Andaraby, por occasião de serem presos doua escravos parceiros do mesmo, e soube-se ha poucos dias que andava por bem Bemfica, Andaraby, Engenho-Velho e Engenho-Novo; quem o apprehender e levar a seu senhor, Diogo da Fonseca Coelho, na rua do Lavradio n. 60, receberá a quantia acima, assim como protesta-se com todo o rigor da lei contra quem lhe der couto, sob pena de pagar 3$ diarios desde o dia em que fugio. (.

100$000

Por noticia certa oral, ou por carta depois de verificada, ou

200$000

a quem apprehender e levar á fazenda dos Limoeiros, na estação do Commercio, da estrada de ferro D. Pedro II, o escravo Tiburcio, crioulo do norte, que anda fugido desde 21 de Julho de 1873, e de propriedade dos herdeiros de Carlos Caetano Alves, a quem póde se dirigir pelo correio para a mesma estação do Commercio.

Os signaes são: idade 32 annos, côr retinta, signaes visiveis de bexigas no rosto, baixo, bem feito de corpo e pés, peito cabelludo, pouco barbado, signaes antigos de ter sido surrado, risonho, espirituoso e prosa, muito esperto, porém desconfiado, é de roça e carroceiro, entende de lidar com animaes e é provavel que se intitule livre. Desconfia-se que fugio pela estrada de ferro, procurando Barra-Mansa, para Minas ou S. Paulo.

Quem do mesmo tiver noticia, póde escrever a s us senhores acima ditos, que receberá 100$, sendo exacta a noticia. Commercio, fazenda dos Limoeiros, Janeiro de 1875. (.

50$000

Fugio da freguezia de Bemposta o escravo Jacintho, pardo, de 25 annos de idade, copeiro, cozinheiro, cocheiro e alfaiate, estatura regular, rosto severo, nariz chato, (pouco), falta de dentes na frente, cabellos crescidos e bastante crespos, olhos esgateados, pequeno buço e barba sómente por baixo do queixo, falla bem e apressado, bastante sagaz, anda calçado com botinas cavernizadas de couro da Russia, usa chapéo baixo de copa redonda preto, e outras vezes bonet, intitula-se forro, é filho do Maranhão e veio ultimamente da provincia de Santa Catharina para a côrte do Rio de Janeiro, onde foi comprado, ha certeza tambem de ahi estar, porquanto já foi encontrado; quem o apprehender e levar á rua do Rosario n. 109, será gratificado; assim como se protesta com todo o rigor da lei sobre a pessoa que lhe der couto, pagando o jornal diario de 4$000.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 1872\Ed. 3. Os dois seguintes são da Ed. 31 de 1875.

Os dados sobre as ocupações, presentes no próximo Quadro, permitem identificar os fugitivos como pouco qualificados e qualificados, ainda que tal processo seja impreciso, pois

diversos escravizados desempenhavam, ao longo do dia de trabalho, do ano e de suas vidas, ocupações que demandavam diferentes qualificações. Este é o caso de Raymundo – cujo anúncio de fuga foi reproduzido na Figura 5 e foi republicado 17 vezes no *Jornal do Commercio* a pedido do já mencionado comerciante de escravizados Diogo F. Coelho –, Tiburcio e Jacintho.

Os resultados apresentados no Quadro em questão, a despeito de não contemplarem previsão de qualificação para o grupo sem habilidades conhecidas,[17] evidenciam significativa presença de escravizados com diferentes tipos de qualificação. Para mais, no que diz respeito às recompensas, os indivíduos que possuíam algum tipo de qualificação tinham em seus anúncios a indicação, em termos nominais médios, de uma recompensa de 105$252 réis, montante cerca de 16,7 mil réis superior àquele decorrente da média das gratificações ofertadas pelo reaprisionamento dos evadidos sem indicação de ocupação. Importa também termos em vista que a diferença de recompensa, quando se verifica que o que foi oferecido para reaver os cativos pouco qualificados e qualificados, foi de 17 mil réis. Tal fato evidencia que, para reaver os qualificados, os senhores estavam dispostos a pagar cerca de 34 mil réis a mais em relação à sua disposição de gasto indicada nos anúncios de fuga de cativos sem ocupação explicitada.

Quadro 6 – Qualificação dos escravizados fugidos com ocupação explicitada nos anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

[17] Colistete (2021) faz essa estimativa por meio de algoritmos de classificação de aprendizado de máquina (para tanto, leva em consideração dados individuais, tais como: sexo, idade, etnia, residência, particularidades físicas (ver nota 12)).

Ocupação*	N. de ocorrências	Idade média	Recompensa em contos de réis ($ nominal médio)	Tipo de qualificação**
Cozinheiro	79	30,8	92.258	Pouco qualificado
Pedreiro	37	34,7	114.000	Qualificado
Carpinteiro	36	31,7	146.522	Qualificado
Oficial	31	31,4	157.059	Qualificado
Vendedor (doces, água, leite, flores)	24	31,4	42.500	Pouco qualificado
Ganho	21	42,2	51.428	-
Tropeiro, peão, domador	20	34,3	133.333	Qualificado
Copeiro	14	28,7	125.000	Pouco qualificado
Padeiro	14	36,6	70.000	Qualificado
Marinheiro	14	33	100.000	Qualificado
Roça, roceiro, lavrador	13	28,6	150.000	Pouco qualificado
Alfaiate	12	30,7	118.000	Qualificado
Sapateiro	8	31,5	65.714	Qualificado
Auxiliar de Pedreiro	8	34	40.000	Pouco qualificado
Ferreiro	6	35,4	125.000	Qualificado
Cocheiro	5	25,5	75.000	Pouco qualificado
Engomador	5	21	100000	Pouco qualificado
Carvoeiro	5	24,5	83333	Pouco qualificado
Serrador	5	34,5	140.000	Pouco qualificado
Pintor	5	41,7	75.000	Qualificado
Cigarreiro, charuteiro	5	27,25	-	Qualificado
Doméstico	5	23,8	70.000	Pouco qualificado
Carreiro, carroceiro	3	28,7	133.333	Pouco qualificado
Pajem	3	26	200.000***	Pouco qualificado
Pescador	3	27	150.000	Qualificado
Estrada de ferro	3	37	116.667	Qualificado
Cavouqueiro	2	40	75.000	Pouco qualificado
Chapeleiro	2	40	100.000	Qualificado
Marceneiro	2	34,5	-	Pouco qualificado

* Também foram contabilizados neste quadro os escravizados com mais de uma ocupação. Por exemplo, a linha que evidencia informações sobre os cozinheiros envolve os cativos que apenas foram identificados como tal e aqueles que desempenhavam outras atividades pouco qualificadas. A linha que explicita informações sobre os carpinteiros e marceneiros envolve os cativos identificados como tal e aqueles que desempenhavam outras funções qualificadas.
** Classificação realizada considerando indicações presentes em Colistete (2021).
*** A recompensa só foi indicada para um dos pajens fugidos.
Fonte e acesso: Idem fonte Gráfico 1. Elaboração própria.

Além dos elementos anteriores, quando se tem em vista as recompensas ofertadas pelo reaprisionamento dos fugidos, cabe lançarmos luz sobre outro aspecto relevante: ao se realizar a razão entre a recompensa ofertada para a recaptura dos evadidos homens, com ocupação indicada, de 21 a 40 anos de idade, e o preço nominal médio dos escravizados com as mesmas características (ver Gráfico 2 do anexo), aprende-se que a retribuição pela captura representou, entre 1870 e 1875, cerca de 9% do preço do cativo. Já, segundo Rossini (2023), tal relação significou, entre 1875 e 1879, cerca de 11% e, entre 1880 e 1984, foi de 17%. Esse processo, além de ser decorrente da diminuição mais acentuada do preço médio de venda dos escravizados em relação à recompensa média ofertada, pode evidenciar que, ao longo da primeira metade da década de 1880, a recaptura dos fugitivos, num contexto de grande incerteza com relação a longevidade da escravidão e maior escassez de trabalhadores (processos que dificultaram e mesmo inviabilizaram novas compras de cativos), passou a ter maior relevância para parte dos senhores (Rossini, 2023).

Informações atinentes ao número de ocupações exercidas pelos escravizados são apresentadas no Quadro 7. Além do grande número daqueles que exerciam apenas um ofício

(72%), chama a atenção a quantidade expressiva de indivíduos, com cerca de 30 anos de idade, que exerciam mais de uma ocupação, o que encontrou evidente correspondência no aumento da recompensa oferecida pela recaptura desses cativos.

Quadro 7 – Número de ocupações dos escravizados, idade média e preço nominal médio da recompensa oferecida. Anúncios de fuga publicados entre 1870 e 1875, por jornais do Rio de Janeiro

N. de ocupações	N. de cativos	Idade média	Preço nominal médio da recompensa
1 ocupação	276	29,4	89.595
2 ocupações	80	34,7	113.701
3 ocupações	20	31	124.667
Mais de 3 ocupações	7	31,5	133.333

Fonte e acesso: Idem Quadro 1. Elaboração própria.

Por fim, o Quadro 8 coloca em primeiro plano a relevância e a recorrência de republicações no mesmo jornal ou em diferentes jornais, ao longo do tempo, dos anúncios de fuga que indicaram a ocupação. Em média, cada proprietário recorreu à publicação de 2,8 anúncios para reaver os cativos evadidos pouco qualificados ou qualificados, quantidade ligeiramente superior aos cerca de 2,5 comunicados relativos às fugas daqueles cujas ocupações não foram indicadas nos anúncios. Tal como indicado por Rossini (2023), os dados também demostraram que, para os grupos com e sem ocupação explicitada, as primeiras republicações (sobretudo as cinco iniciais) evidenciavam o aumento da preocupação dos senhores com o reaprisionamento dos fugitivos, o que se traduziu, muitas vezes, no paulatino aumento da recompensa ofertada. Observou-se também a redução do valor médio das recompensas a partir da quinta repetição, o que pode indicar maior relutância dos senhores em recuperar cativos que haviam protagonizado fugas mais bem-sucedidas.

Quadro 8 – Republicações, ao longo do tempo, de anúncios atinentes a certa fuga (escravizados com ocupações explicitadas), no mesmo jornal ou em diferentes jornais, publicados entre 1870 e 1875, no Rio de Janeiro

Repetições	N. de casos	N. de casos com recompensa indicada	Recompensa em termos nominais médios. Conto de réis.
Até 3 repetições	358	177	101.073
Até 6 repetições	11	7	1214.29
Até 9 repetições	6	6	200.000
Até 12 repetições	-	-	-
Até 15 repetições	4	4	175.000
Até 18 repetições	2	1	100.000
21 repetições ou mais	-	-	-
24 repetições ou mais	1	1	50.000

Fonte e acesso: Idem Gráfico 1. Elaboração própria.

6. Considerações finais

Este trabalho abordou aspectos da resistência, da ocupação e, por extensão, da qualificação de escravizados presentes nos anúncios de jornais publicados na cidade do Rio de Janeiro que noticiaram fugas de cativos e cativas entre 1870 e 1875. Para tanto, além de

utilizar informações secundárias, foram compulsadas 3.982 ocorrências de fuga. A exclusão das muitas redundâncias fez com que o núcleo documental passasse a ser constituído de 1.478 casos. A partir daí, foram analisados, sobretudo, 383 anúncios que explicitaram a ocupação dos cativos em fuga.

O número de fugas ao longo do tempo variou, mas permaneceu sempre relevante, o que pode ser explicado, ao menos parcialmente, pela expansão da lavoura cafeeira principalmente em São Paulo. Tal processo, além de estimular os proprietários da Corte e arredores, engajados em atividades menos rentáveis, a vender parte dos seus trabalhadores para as áreas economicamente mais dinâmicas, incentivou o comércio interprovincial de cativos, que demandava, sobretudo, o porto do Rio de Janeiro para direcionar escravizados para o oeste paulista. Tal cenário, se por um lado ampliou a incerteza com relação ao futuro (resultante da possibilidade da venda) e incentivou as fugas, em virtude do volume de trabalho e a violência que recaíam sobre os escravizados, por outro fomentou a recaptura daqueles que fugiram do cativeiro e, consequentemente, o número de anúncios publicados.

A partir da análise dos recortes geográfico e temporal selecionados e do grande volume de dados compulsados, aspectos relevantes tornaram-se evidentes, tais como: a larga preponderância dos homens escravizados dentre os evadidos, característica também observada em outras sociedades escravistas; as mulheres e homens evadidos possuírem, em média, cerca de 30 anos; a prevalência das fugas realizadas por "crioulos" provenientes do "Nordeste" do Império; a maior recorrência de fugas individuais realizadas tanto por africanos como por brasileiros; a maior ocorrência de fugas no campo; o fato de que, em termos nominais médios, a recompensa oferecida pela recaptura dos escravizados evadidos com algum tipo de qualificação foi pouco superior a 105 mil réis. Tal gratificação, contudo, poderia mudar substancialmente em virtude do tipo da experiência e do número de ocupações – e, por extensão, de qualificações – acumuladas pelos cativos. Aqueles que reaprisionassem escravizados que desempenhavam três ou mais de três ocupações recebiam como pagamento nominal médio 125 mil réis e 133 mil réis, respectivamente.

Ao se confrontar escravizados brasileiros e africanos com ocupação explicitada, com os seus respectivos totais (formado por aqueles com e sem ocupação apontada nos anúncios de fuga), viu-se que a proporção de qualificação entre brasileiros e africanos já ladinos, isto é, já social e culturalmente adaptados, foi próxima (53% e 46%, respectivamente), o que contradiz as conclusões que afirmam que os africanos, em geral, eram menos qualificados.

Por fim, além de indicar a importância e significados resultantes da republicação dos anúncios ao longo do tempo, foi possível constatar que cerca de 57% dos cativos que tiveram

a sua ocupação indicada nos anúncios de fuga, exerciam atividades qualificadas, tais como pedreiro, carpinteiro, diversos tipos de "official", padeiro, alfaiate, sapateiro, etc.

Por fim, cabe colocarmos mais uma vez em primeiro plano que: (i) as fugas e outras formas de resistência foram quantitativamente relevantes ao longo do período que se tem em vista e evidenciam uma das ações decisivas dos cativos contra o regime que os escravizava; (ii) os escravizados, na década de 1870, exerciam as mais diversas ocupações, inclusive aquelas que envolviam médio e alto conhecimento técnico.

Referências bibliográficas

Alencastro, Luiz Felipe. Cotas: parecer de Luís Felipe de Alencastro. *FPA*, 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/. Acesso em: 10 jul. 2024.

Algranti, Leila Mezan. (1988). *O feitor ausente*: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes.

Alonso, Angela. (2015). *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras.

Azevedo, Célia Maria Marinho de. (1987). *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Blackburn, Robin. (2016). "Porque segunda escravidão?". In: Marquese, Rafael; Salles, Ricardo (ed.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cano, Wilson. (2007). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp.

Cardoso, Fernando H. (1975). Classes sociais e História: considerações metodológicas. In: *Autoritarismo e democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Castro, Antônio Barros de. (1980). "A economia política, o capitalismo e a escravidão". In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira.* Petrópolis: Vozes.

Carvalho, Marcus J. M. de. (2018). Cidades escravistas. *Dicionário da escravidão e liberdade.* Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras.

Chalhoub, Sidney. (2011). *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras.

Chalhoub, Sidney. (2012). "População e sociedade". In: Carvalho, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Colistete, Renato Perim. (2021). "Predicting Skills of Runaway Slaves in São Paulo, 1854-1887". *Working Paper* n. 15. Department of economics, FEA-USP.

Costa, Emília Viotti da. (1998). *Coroa de glória, lágrimas de sangue*: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras.

Dean, Warren. (1977). *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. 1820-1920, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ellis, Myriam. (1973). Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia. In: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: FFLCH-USP. v. 1, p. 350-351.

Fenoaltea, Stefan. (1984). "Slavery and supervision in comparative perspective: a model". *Journal of Economic History*, v. 44, n. 3.

Ferlini, Vera Lúcia Amaral. (2003). *Terra, trabalho e poder*: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. Florianópolis: EDUSC.

Ferreira, Fernanda Cristina Puchinelli. (2020). Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). *Tempo de Histórias*, n. 36.

Florentino, Manolo; Amatino, Márcia. (2012). Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, n. 203.

Florentino, Manolo. (2003). Dos escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. *Revista da USP* - Dossiê Brasil Império, n. 58, p. 104-115.

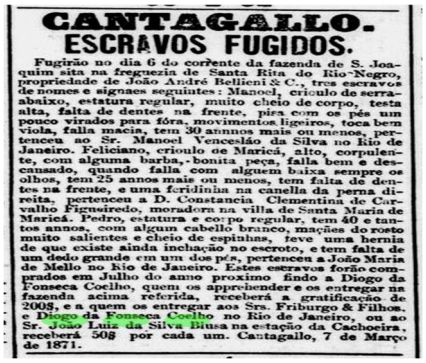
Franco, Maria Sylvia Carvalho. (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB.

Freyre, Gilberto. (1979). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
Gebara, Ademir. (1988). Escravidão: Fugas e Controle Social. *Estudos Econômicos*, n. 18.
Goés, José Roberto. (1993). *Um cativeiro imperfeito*: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart.
Godoy, Marcelo Magalhães. (2004). "Uma província artesã: o universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do oitocentos". *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP*.
Gomes, Flávio dos Santos. (1996). Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, n. 1, p. 67-93.
Gomes, Flávio dos Santos. (2002). "Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do atlântico negro". *Novos Estudos Cebrap*, n. 63, p. 131-144.
Graham, Richard. (1976). Slave Families of a Rural Estate in Colonial Brazil. *Journal of Social History*.
Graham, Richard. (2002). Nos tumbeiros mais uma vez? Comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, p. 121-160.
Ianni, Octavio. (1988). "Escravidão e capitalismo". In: Ianni, Octavio, *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec.
Karasch, Mary. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).* São Paulo: Companhia das Letras.
Klein, Herbert S.; Vinson III, Ben. (2015). *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. Brasília: Ed. UnB.
Lima, Carlos A. M. (2000). Escravos artesãos: preço e família (Rio de Janeiro, 1789-1839). *Est. Econ*., v. 30, n. 3, p. 447-484.
Lima, Solimar Oliveira. (1997). *Triste pampa*: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul, 1818-1833. Porto Alegre: EDIPUCRS.
Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. ([1978], 2024). *História do Rio de Janeiro*: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. São Paulo: Hucitec.
Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. (1971). Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares. *R. Bras. Econ*., v. 25, n. 4, p. 235-265.
Luna, Francisco Vidal; Klein, Herbert. (2010). *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp.
Luna, Francisco Vidal; Costa, Iraci del Nero da; Klein, Herbert. (2009). *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais.* São Paulo: Edusp.
Machado, Maria Helena Pereira Toledo. (2014). *Crime e escravidão*: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp.
Machado, Maria Helena Pereira Toledo. (2010). *O plano e o pânico*: os movimentos sociais na década da abolição. 2. ed. São Paulo: Edusp.
Marquese, Rafael; Salles, Ricardo. (2016). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Marx, Karl. ([1867], 1983). *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural.
Mattos, Hebe. (2015). *Das cores do silêncio*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
Mattoso, Kátia de Queirós. (1982). *Ser escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense.
Mello, João Manuel C. (2009). *Capitalismo tardio*. São Paulo: Unesp; Campinas: Facamp.
Milliet, Sérgio. (1982). *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec.
Motta, José Flávio. (2012). *Escravos daqui, dali e de mais além*: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda Casa Editorial.
Reis, Isabel Cristina Ferreira dos. (1999). Uma negra que fugio, e consta que já tem dois filhos": fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 23.
Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos (org.). (1996). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
Reis, João José; Silva, Eduardo. (1989). *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras.
Reis, João José. (1986). *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense.
Reis, João José. (2018). "Revoltas escravas". In: Schwarcz, Lilia Moritz; Gomes, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras.

Rossini, Gabriel Almeida Antunes. (2023). Resistência, ocupação e qualificação dos cativos na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1875 e 1888). *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 53, n. 3, p. 569-606. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-53575334gaar
Rossini, Gabriel Almeida Antunes. (2019). A importância da criança escrava e seu comércio no oeste paulista, 1861-1869. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 777-806. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-41614946gaar
Rossini, Gabriel Almeida Antunes. (2017). Notas sobre o comércio doméstico de escravos no oeste Paulista, 1875-1880. *América Latina En La Historia Económica*, v. 24, n. 1, p. 243-271. DOI: https://doi.org/10.18232/al
Rossini, Gabriel Almeida Antunes. (2014). Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no oeste da província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869). *História Econômica & História de Empresas*, v. 16, n. 2, 1 jun.
Salles, Ricardo. (2018). "Café e escravidão". In: *Dicionário da escravidão e liberdade*: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras.
Salles, Ricardo. (2008). *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Santos, Ronaldo Marcos. (1980). Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo. *Ensaios Econômicos*.
Silva, Marilene Rosa N. da. (1998). *Negro na rua*: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec.
Silva, Sergio. (1976). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.
Slenes, Robert. (1976). *The demography and economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado. Stanford University.
Slenes, Robert. (2013). *Na senzala uma flor.* Campinas, SP: Ed. Unicamp.
Soares, Luiz Carlos. (2007). *O povo de Cam na capital do Brasil*: escravidão urbana no Rio do séc. XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ: 7 Letras.
Stein, Stanley. (1990). *Vassouras um município brasileiro do café 1850 - 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
Taunay, Carlos. (2001). *O manual do agricultor brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras.
Tomich, Dale. (2004). *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital and World Economy.* Lanham: Rowman & Littlefield.

Anexo – Café e preços de escravizados

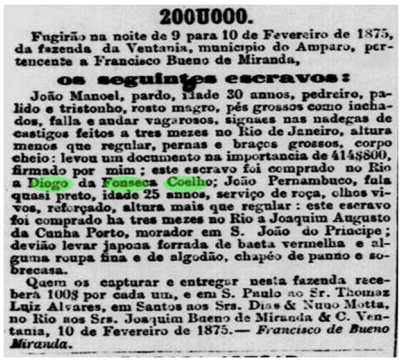
Figura 1 – Fugas em grupo



CANTAGALLO.

ESCRAVOS FUGIDOS.

Fugirão no dia 6 do corrente da fazenda de S. Joaquim sita na freguezia de Santa Rita do Rio-Negro, propriedade de João André Bellieni & C., tres escravos de nomes e signaes seguintes: Manoel, crioulo de serra-abaixo, estatura regular, muito cheio de corpo, testa alta, falta de dentes na frente, pisa com os pés um pouco virados para fóra, movimentos ligeiros, toca bem viola, falla macia, tem 30 annnos mais ou menos, pertenceu ao Sr. Manoel Vencesláo da Silva no Rio de Janeiro. Feliciano, crioulo de Maricá, alto, corpulente, com alguma barba,-bonita peça, falla bem e descansado, quando falla com alguem baixa sempre os olhos, tem 25 annos mais ou menos, tem falta de dentes na frente, e uma feridinha na canella da perna direita, pertenceu a D. Constancia Clementina de Carvalho Figueiredo, moradora na villa de Santa Maria de Maricá. Pedro, estatura e corpo regular, tem 40 e tantos annos, com algum cabello branco, mações do rosto muito salientes e cheio de espinhas, teve uma hernia de que existe ainda inchação no escroto, e tem falta de um dedo grande em um dos pés, pertencen a João Maria de Mello no Rio de Janeiro. Estes escravos forão comprados em Julho do anno proximo findo a Diogo da Fonseca Coelho, quem os apprehender e os entregar na fazenda acima referida, receberá a gratificação de 200$, e a quem os entregar aos Srs. Friburgo & Filhos, e Diogo da Fonseca Coelho no Rio de Janeiro, ou ao Sr. João Luiz da Silva Blusa na estação da Cachoeira, receberá 50$ por cada um. Cantagallo, 7 de Março de 1871.



200$000.

Fugirão na noite de 9 para 10 de Fevereiro de 1875, da fazenda da Ventania, municipio do Amparo, pertencente a Francisco Bueno de Miranda,

os seguintes escravos:

João Manoel, pardo, idade 30 annos, pedreiro, pallido e tristonho, rosto magro, pés grossos como inchados, falla e andar vagarosos, signaes nas nadegas de castigos feitos a tres mezes no Rio de Janeiro, altura menos que regular, pernas e braços grossos, corpo cheio: levou um documento na importancia de 414$800, firmado por mim; este escravo foi comprado no Rio a Diogo da Fonseca Coelho; João Pernambuco, fula quasi preto, idade 25 annos, serviço de roça, olhos vivos, reforçado, altura mais que regular: este escravo foi comprado ha tres mezes no Rio a Joaquim Augusto da Cunha Porto, morador em S. João do Principe; devião levar japoia forrada de baeta vermelha e alguma roupa fina e de algodão, chapéo de panno e sobrecasa.

Quem os capturar e entregar nesta fazenda receberá 100$ por cada um, e em S. Paulo ao Sr. Thomaz Luiz Alvares, em Santos aos Srs. Dias & Nuno Motta, no Rio aos Srs. Joaquim Bueno de Miranda & C. Ventania, 10 de Fevereiro de 1875.— *Francisco de Bueno Miranda.*

Fonte: *Jornal do Commercio*, 1871\Ed. 73 e 1875\Ed. 54.

Tabela 1 – Brasil - Produção de café - 1821-1900
(em milhões de sacas de 60 kg)

Anos	Produção
1821-1830	0,3
1831-1840	1
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

Fonte: Silva (1986, p. 43).

Gráfico 1 – Preço de importação do café brasileiro nos EUA (em cents/libra-peso)



Fontes: Relatório do ministro do BR em Washington, "O Café nos EUA". Delfim Netto, A. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Unesp/Facamp, 2009.

Gráfico 2 – Preços dos cativos homens, de 21 a 40 anos, anunciados no *Jornal do Commercio* (em contos de réis). Rio de Janeiro, 1870-1888



Obs. 1: Os escravizados homens, entre 20 e 40 anos de idade, foram os que realizaram o maior número de fugas. Preços coletados de cerca de 5 anúncios de venda de escravizados por ano. Não foram encontrados anúncios que permitiram identificar o sexo, a idade e o preço de venda entre 1885 e 1888. Obs. 2: 1.400 significa um conto e quatrocentos mil réis ou 1:400$000. Fonte: *Jornal do Commercio*. Elaboração própria. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 20 jun. 2024.